

A Nova Crise da Hegemonia Americana e a Desordem Mundial

Cláudio Gontijo

1. Introdução

Difícilmente se poderia negar que, pelo menos desde a segunda invasão do Iraque, em 2003, reina verdadeira desordem no cenário mundial, com a proliferação de *hybrid wars* e golpes de estado, e, com Trump, de *commercial wars*, a esfacelar o sistema de comércio mundial, e *financial wars*, assentadas em sanções de toda ordem, a desafiar o entendimento de muitos.

Este ensaio procura desvendar as raízes profundas do fenômeno, que radicariam no acelerado declínio da hegemonia dos Estados Unidos, alcançada com o desmantelamento da URSS, em meio à “decomposição” socioeconômica resultante da dominância global do capital financeiro. Neste desiderato, desdobra-se em 5 seções, afora esta Introdução. Na seção 2, discute-se a retomada da hegemonia do dólar, no contexto da globalização financeira, enquanto que na seguinte se mostra como a queda da URSS proporcionou a efetiva conquista hegemônica por parte dos EUA, em aliança com os demais países do G-7. Segue-se, na seção 4, uma rápida descrição do seu avanço; já na seção 5 apresentam-se as causas da erosão do poder norte-americano, enquanto que na última seção se discute o esforço norte-americano para sustentar o dólar – o último bastião do Império.

2. A Retomada da Hegemonia do Dólar e a Globalização Financeira

A discussão sobre o declínio da hegemonia norte-americana ganhou fôlego na década de 1970, na esteira da suspensão da conversibilidade do dólar em ouro em agosto de 1971, seguida pelo “primeiro choque do petróleo” em fins de 1973, que trouxe consigo a OPEP como novo *player* no cenário internacional; pela queda e Saigon em mãos comunistas em abril de 1975; pela derrubada do Xá do Irã, em fevereiro de 1979, que deu início ao “segundo choque do petróleo”, e pelo fracasso, em abril de 1980, da operação de resgate dos reféns norte-americanos retidos em Teerã. Essas humilhações deram-se em um contexto de forte desvalorização do dólar, sob a ameaça de perder sua posição de principal moeda de reserva do mundo, do fortalecimento político do Movimento dos Não Alinhados, do avanço dos movimentos de libertação nacional, a se traduzir no surgimento de vários países independentes hostis a Washington, e de crescimento econômico do Terceiro Mundo. Isto sem falar na expansão econômica e militar da URSS e dos demais países do COMECON, a solapar, lenta, mas, progressivamente, a esfera de influência norte-americana.

Como demonstrou Gontijo (2019a), nem a recuperação do dólar, proporcionada pela draconiana política monetária de Paul Volcker, do *Federal Reserve (Fed)*, em fins de 1979 (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 65), e do “keynesianismo bastardo”, de “ponta cabeça” do presidente

Reagan (TAVARES, 1985, p. 6), nem a subordinação dos países em desenvolvimento aos ditames de Washington, graças à crise da dívida externa desses países no início da década e 1980 e a subsequente implementação dos programas de “ajuste estrutural” patrocinados pelo Banco Mundial e pelo FMI (BOUGHTON, 2001; FERREIRA, 2004), para não falar na agressiva política externa de Washington, que conseguiu, inclusive, esvaziar os movimentos de libertação nacional, exceto no caso da África Austral, seriam suficientes para reverter o curso do declínio da hegemonia americana.

É claro que, “[a] partir dessa reviravolta de Volcker, os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda seria restaurada” (TAVARES, 1985, p. 6). De fato, “[p]or volta de 1985, o índice do dólar tinha se elevado 50 por cento em relação a outubro de 1978 e os preços do ouro tinham caído 60 por cento em relação ao seu pico de 1980”, de modo que, “[p]or volta de meados da década de 1980, o fogo tinha se extinguido e a era do Rei Dólar havia começado” (RICKARDS, 2014, p. 2). Contudo, apesar dos Acordos do Plaza de 1985 e do Louvre de 1987 (RICKARDS, 2014, p. 78), que impuseram, de fato, a “harmonização das políticas macroeconômicas” no âmbito desse bloco, sob o comando e em favor dos interesses dos EUA, os mega déficits da sua balança comercial (US\$ 111,0 bilhões em 1990), resultantes da combinação de dólar valorizado com crescimento econômico acelerado, num contexto de falta de competitividade dos produtos industriais norte-americanos, não foram eliminados.

Diante disso, “os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças” (HARVEY, 2003, p. 58), que se tornaram a força socioeconômica dominante do capitalismo, caracterizando a nova fase de **globalização financeira**, em que se conjugam

cinco processos convergentes: (i) consolidação da ruptura do pacto político do pós-guerra entre capital e trabalho, caracterizado pelo aumento permanente da taxa de salários, manutenção da participação dos salários na renda nacional, e construção do estado de bem-estar social, em favor da reconcentração da renda em favor do capital, particularmente do segmento financeiro; (ii) liberalização e desregulamentação dos mercados, cujo ordenamento passa a ser encargo, tanto quanto possível, da “mão invisível”; (iii) crescente aprofundamento da interpenetração das relações econômicas em escala global, ou seja, da “globalização”; (iv) progressiva financeirização da riqueza, com o aumento da relação ativos financeiros/PIB e da relação encargos financeiros/lucros; (v) hegemonia ideológica e objetiva do capital financeiro, que passa a comandar a política econômica (GONTIJO e DE OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Tendo, na verdade, se iniciada no imediato pós-guerra, a globalização financeira ganhou impulso com a abolição dos controles norte-americanos sobre os fluxos de capital em 1974 e a

adoção do regime de câmbio flutuante, consagrado na reunião do FMI de Jamaica em 1976. Todavia, foi "somente a 'revolução' neoliberal dos [anos] 80 e dos 90 [que liberou] finalmente as forças que fizeram de *Wall Street* o centro da economia mundial" (PANITCH e GINDIN, 2004, p. 69), liberadas pelo *Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act* de março de 1980, que aboliu os limites colocados pelo Regulamento Q aos juros sobre depósitos em bancos e instituições de poupança. Seguiu-se o *Garn-St Germain Act* de 1982, que, além de aumentar o limite dos empréstimos a um só tomador e expandir os poderes da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC) e da *Federal Savings and Loan Insurance Corporation* (FSLIC), ampliou as possibilidades de operações das S&Ls, reviu as regras sobre credor e tomador de empréstimo por bancos nacionais e removeu as restrições sobre empréstimos imobiliários por parte dos bancos nacionais (URPIA, 2015, p. 122-3). Com isso, "os EUA não apenas aprofundaram o poder doméstico e a liquidez desses mercados, senão que impuseram sua maior internacionalização" (PANITCH e GINDIN, 2004, p. 89). Também contribuíram o aumento real de 128,9% da dívida do Tesouro norte-americano, que, além de favorecer o desenvolvimento do mercado secundário de bônus, permitiu "ao estado norte-americano apoiar-se nas reservas financeiras globais para expandir seu alcance global, assim como do capitalismo" (PANITCH e GINDIN, 2004, p. 89); o *boom* das Bolsas de Nova York (94,2% de valorização do *Down Jones Industrial*); o aumento real de 91,4% do valor dos direitos e obrigações dos residentes nos EUA e de 52,8% do estoque de capital do país no exterior; assim como a expansão acelerada do mercado internacional de haveres securitizados, *commercial papers* e outros títulos bancários, cujo estoque alcançou US\$ 1,25 trilhão em fins de 1989, ano em que os depósitos interbancários internacionais (líquidos de reddepósitos) atingiram US\$ 3,5 trilhões (WALTER, 1993, p. 197-9). Isso sem falar na expansão geométrica do mercado londrino de eurodólares, que alcançou 25 vezes o montante do comércio mundial em 1986, contra seis vezes em 1979, e do comércio internacional de ações centrado na *City*, que cresceu 35% ao ano no período 1979-1989, tendo os fluxos de capital internacional aplicado em ações aumentado 12% ao ano.

Todavia, "a recuperação do dólar, na esteira da globalização financeira, da subordinação dos demais membros do G-7 aos ditames de Washington, da dependência acrescida dos países periféricos e das derrotas dos movimentos de libertação nacional, não restabeleceu a hegemonia norte-americana de outrora" (GONTIJO, 2019a, p. 13). Como os expressivos déficits da balança comercial dos EUA não se viram compensados pelas receitas financeiras do balanço de pagamentos, assistiu-se à reversão de sua posição de credor líquido do resto do mundo em 1980 (saldo de US\$ 214,0 bilhões) para devedor líquido em 1990 (saldo negativo de US\$193,1 bilhões), o que, como afirma Faucher (1994, p. 90), "colocou sua posição hegemônica em risco". De mais a mais,

embora a parcela da moeda americana nos empréstimos bancários internacionais tenha aumentado entre 1985 e 1989, em 1990, ela era menor do que cinco anos antes; em contrapartida, era maior a participação da libra, do ECU e do marco alemão [...]. Quanto aos títulos internacionais, em que pese as grandes emissões condicionadas ao financiamento do déficit em transações correntes, a parcela do dólar nesse mercado caiu de mais de 70% em 1985 para um terço em 1990, tendo crescido significativamente a participação de outras moedas, particularmente do iene e da libra. Finalmente, [...] também a participação do dólar nos depósitos no mercado bancário internacional recuou de 77% em 1972 para somente 53% em 1989 (GONTIJO, 2019a, p. 13).

O pior é que, em que pese a retomada da hegemonia do dólar no âmbito do sistema monetário internacional, o mesmo respondia por apenas 50,1% do total das reservas cambiais em 1990, contra 67,2% em 1980.

Não foi sem motivo, aliás, que, além da obra clássica de Kennedy (1988), "[u]ma série de livros e artigos publicados na década de 1980 descrevia o declínio das nações e o declínio americano em particular" (NYE, 1989, p. 2), tendo John Ikenberry (1989, p. 375) afirmado que “[a] erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível”. Na verdade,

metade do público americano acreditava que o país estava em declínio. Apenas um em cada cinco americanos acreditava que os Estados Unidos eram a principal potência econômica, embora permanecesse de longe a maior economia do mundo. Depois do fortalecimento militar do presidente Reagan nos anos 1980, apenas um quinto das pessoas acreditava que os Estados Unidos estavam à frente da União Soviética em termos de força militar geral. Cerca de um terço do público acreditava que o arsenal nuclear do país era mais fraco do que o da União Soviética e metade acreditava que os Estados Unidos estavam atrás em termos da força militar convencional (NYE, 1989, p. 2).

3. Desmantelamento Soviético e Conquista Hegemônica

Este cenário seria inteiramente revirado pelo desmantelamento da URSS,¹ que possibilitou ao capital financeiro ultrapassar "todas as fronteiras terrestres e os Estados Unidos, à frente do cartel

¹ Não cabe aqui discutir suas causas. Ressalte-se apenas que, conforme assinala Gontijo (2019b, p. 110-7), as teses tradicionais, centradas na ineficiência endêmica do sistema comunista, na insatisfação popular, na desorganização causada pela reestruturação de Gorbachev, ou ainda, na derrota do Exército Vermelho no Afeganistão, parecem carecer de qualquer fundamento efetivo. Gontijo (idem, p. 116) sugere que não houve colapso, mas golpe patrocinado por Yeltsin, com o apoio dos gerentes de empresas e de grande parte da cúpula do Partido Comunista, com vistas à apropriação das empresas estatais.

ultra-imperialista formado com a União Europeia, intenta[ram] consolidar a dominância, em seu espectro global" (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 502), pondo fim ao avanço do socialismo de estado, dos movimentos de libertação nacional e do nacional-desenvolvimentismo, com a submissão dos países em desenvolvimento e dos ex-países socialistas do Leste da Europa aos ditames de Washington. Além do poder dos EUA – a única superpotência existente, a controlar a OTAN –, seriam fideicomitentes da “Nova Ordem Mundial” anunciada pelo presidente George Herbert Walker Bush em 11 de agosto de 1990, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que, além de encampar o GATT, incluiria os "serviços" e os direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (Trips). Afora isso, os preceitos norte-americanos de capitalismo liberal, livre comércio e “boa governança”, cristalizados no “Consenso de Washington”, assim como o modelo de democracia liberal e os valores culturais dos EUA, tornaram-se praticamente universais (KAGAN e KRISTOL, 2000a, p. 5), com o sepultamento das teses sobre o declínio da sua hegemonia.

De saída, além de desestruturarem o formidável complexo industrial-militar, o governo de Yeltsin e dos demais países da Europa Oriental, então sob a “orientação” do FMI, do BIRD e de assessores ocidentais, implementaram as “reformas estruturais”, configurando verdadeiro desastre econômico, para utilizar a expressão de Michael Oliver e Derek Aldcroft (2007), o qual provocou uma queda de 43,5% do PIB dos países da ex-URSS até 1998, ano em que se atingiu o “fundo do poço”. No caso dos países do Leste da Europa, o desastre assumiu menores dimensões, tendo o PIB do seu conjunto caído “apenas” 27,3% entre 1989 e 1994. Como resultado, em 2007 a participação do conjunto dos países da ex-URSS no PIB mundial, mensurado em PPP, era de 5,1%, contra 9,4% em 1990, sendo que a Rússia respondia por apenas 3,9%, contra 18,3% dos EUA e 37,5% do G-7.

As “reformas estruturais” assinalam o início do expressivo aumento da dívida externa desses países, então capturados pelas teias do capital financeiro internacional, centrado em Wall Street. Se, em 1990, a dívida externa da União Soviética era irrisória, em 2016, o total da dívida externa dos ex-países da URSS atingiu US\$ 928,2 bilhões, enquanto a dos ex-países comunistas do Leste da Europa chegava a US\$ 196,8 bilhões. Obviamente, o maior beneficiário desse processo foram os EUA, com o fortalecimento do dólar, que, se respondia por apenas 16% da dívida externa dos países comunistas da Europa (incluindo a URSS) em 1989, chegou a 65% em 2000. Como resultado, também se destinaram aos EUA a maior parte dos recursos alocados por esses países por conta do seu serviço da sua dívida externa, que pulou de US\$ 4,2 bilhões em 1992 para US\$ 25,7 bilhões em 2000, tendo alcançado US\$ 158,8 bilhões em 2016. Complementando o cenário, assistiu-se ao aumento exponencial dos rendimentos pagos por esses países à conta de seguros, "serviços financeiros" (que também incluem os juros da dívida externa) e *royalties*. Se, quando do desmonte da URSS, a balança desses “serviços” era praticamente equilibrada, o déficit dos ex-países da URSS, excluindo-se o Turcomenistão e o Usbequistão, era superior a US\$ 1,2 bilhão em

2000 e de US\$ 12,0 bilhões em 2013; ano em que o déficit dos ex-países comunistas da Europa Oriental totalizava US\$ 7,2 bilhões.

Em resumo, com o desmantelamento do comunismo de Estado e, com ele, do complexo industrial militar da Rússia e da Ucrânia, os EUA conquistaram, finalmente, a posição de *hegemon* global, com o fortalecimento extraordinário do dólar, cuja participação nas reservas cambiais mundiais saltou de 50,1% em 1990 para 66,0% em 2004, em que pese a entrada em circulação do euro, que, nesse ano, respondeu por 24,9% das mesmas. Assim, “por volta do final dos anos 1990, boa parte [da] dúvida [em relação à hegemonia americana] se havia dissipado. A segurança dos Estados Unidos e seu domínio financeiro nos negócios do mundo estavam garantidos” (HARVEY, 2003, p. 63-4).

4. O Avanço Imperial no "Mundo Unipolar"

Desmentindo os prognósticos dos ingênuos, que apostavam que a “Nova Ordem Mundial” traria consigo senão a “paz perpétua” antevista por Kant, pelo menos a “paz duradoura” lançada por Bush (MANN, 2003, p. 9), a queda da URSS, que, conforme aponta Moniz Bandeira (2016, p. 139), “representava um polo de poder, um duro baluarte contra a ditadura global, igualmente totalitária, que os Estados Unidos, em nome da democracia, pretendiam implantar”, abriu a caixa de Pandora do imperialismo norte-americano, inaugurando a era de guerra perpétua das últimas décadas.

Embora o assalto aéreo lançado a partir do dia 17 de janeiro de 1991 contra o Iraque, com o despejo de mais de 88.500 toneladas de bombas que destruíram grande parte da sua infraestrutura, tenha suscitado dúvidas, a retirada das tropas da Coalizão após a vitória pareceu confirmar as intenções não imperialistas dos EUA. O mesmo ocorreu com a rejeição do *Defense Panning Guidance* (DPG), documento assinado pelo Secretário de Defesa, Dick Cheney, que estipulava que “o principal objetivo político e militar dos Estados Unidos após a Guerra Fria consistia em 'impedir o surgimento de um novo rival', bem como impedir 'qualquer poder hostil de dominar uma região cujos recursos, sob controle consolidado, sejam suficientes para gerar um poder global'” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 551-2). O DPG também afirmava que, como *permanent unilateral superpower*, “os Estados Unidos deveriam manter a necessária liderança para estabelecer e proteger a nova ordem contra eventuais competidores, que aspirassem a um maior papel ou mantivessem [uma] agressiva postura diante dos interesses americanos”, além de “capturar o controle da Eurásia (...) inteira e encontrar os meios 'de integrar as novas democracias do antigo bloco soviético no sistema liderado pelos EUA'” (idem, p. 552). Tampouco a *Operation Restore Hope*, que resultou em mais de 1.100 somalis mortos ou feridos nos dias 3 e 4 de outubro de 1993, chegou a despertar a

indignação pública, por estar abrigada pelas Nações Unidas, interessadas em garantir a ajuda humanitária à população da Somália, devastada por uma guerra civil.

O cenário mudou sob o governo de Bill Clinton, quando os Estados Unidos “tiveram seu *momentum* imperial e começaram a atuar, internacionalmente, como *lonely power*, a superpotência hegemônica, único centro de autoridade, força e decisão econômica e política" do mundo (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 53). Além de expandir a OTAN até as fronteiras da Rússia, violando os "compromissos assumidos pelo presidente George H. W. Bush com o presidente Mikhail S. Gorbachev" (TODD, 2002, p. 55), e apoiar os *mujahedins*, que, não apenas “passaram através da fronteira nordeste do Afeganistão para as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central" (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 583), mas que, treinados pelo Talibã, atuaram “nos Balcãs – Bósnia, Kosovo e Macedônia –, bem como na Chechênia, por onde passava o principal oleoduto da Federação Russa" (idem, p. 589), Clinton também lançou os caça bombardeiros da OTAN contra a Sérvia em fevereiro de 1994,² atingindo "[instalações] de tratamento de água, hospitais e escolas", com “a morte de milhares de civis" (JOHNSON, 2002, p. 90), além de invadir o Haiti em setembro do mesmo ano. Como se não bastasse, seguiu as sugestões de Brzezinski, avançando sobre os países ricos em petróleo do Cáucaso e da Eurásia – Azerbaijão, Usbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Cazaquistão, através da *NATO's Partnership for Peace Program*, com a incorporação desses países ao Conselho Norte americano de Cooperação e a inclusão “numa estrutura militar Geórgia, Ucrânia, Usbequistão, Azerbaijão e Moldávia (...), visando criar uma real alternativa para a Comunidade de Estados Independentes, liderada pela Rússia, como passo inicial para integrar esses países na OTAN" (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 91). Finalmente, financiou e organizou o primeiro dos golpes de estado que, posteriormente, se denominariam "revoluções coloridas", "para derrubar o presidente Slobodan Milošević, mediante a chamada *Bager Revolution* (Revolução Escavadora), no ano 2000" através do *US National Endowment for Democracy* (NED), da *US Agency for International Development* (USAID), da *Soros Foundation*, da *Freedom House*, de ONGs, de organizações de direitos humanos, *think tanks* e sindicatos, que ajudaram a "resistência" (OTPOR) e a "população" sérvias (idem, p. 56).

Todavia, afóra a expansão da OTAN, que passou quase despercebida, e do fato de que, “[e]ntre 1900 e 2003, quando o presidente Goerge W. Bush ordenou a invasão do Iraque, os Estados Unidos haviam realizado no mínimo 14 intervenções militares em outros países visando à mudança de regime (*regime change*) ou a construir a nação (*nation-building*)” (MONIS BANDEIRA, 2013, p. 133), a política de Clinton se deu em um contexto de aparente hegemonia norte-americana, de natureza benevolente, conforme defenderam Robert Kagan (1998), Joseph Nye (2002) e Paul

² Segundo Hedges (1998), o motivo real que levou a OTAN a apoiar a secessão de Kosovo da Sérvia foi a apropriação das suas riquezas naturais, que, de acordo com Hoti (2014, p. 23), estariam avaliadas em US\$ 31,4 bilhões somente no que diz respeito aos depósitos de linhita, cobre, zinco, ouro, prata, bauxita, níquel, manganês e magnésio.

Kennedy (2002), entre outros, na medida em que teria sido justificada pela necessidade de “defender os direitos humanos”, no caso da Sérvia, e de “promover a democracia”, no caso do Haiti.

A ruptura, portanto, com a clara transformação de hegemonia, que implica uma grande dose de consenso, em imposição imperial, alicerçada na coerção (HARVEY, 2003, p. 38), veio somente com a “Guerra ao Terror”, declarada pelo presidente George Walker Bush em 20 de setembro de 2001, em resposta aos ataques terroristas do *Nine/Eleven*, que, conforme salienta Moniz Bandeira (2005, p. 637), “configuraram a ‘razão propagandística’ de que George W. Bush, como Adolf Hitler, necessitava para legitimar-se no poder, deflagrar a guerra sem fim, a guerra permanente, e executar os objetivos do *Project for the New American Century*” (PNAC), descendente direto do DPG. Além de permitir superar a recusa dos norte-americanos em se envolver em aventuras militares, o *Pearl Harbour do Terror* viabilizou não apenas o “novo imperialismo americano”, mas o estado de exceção no país, implantado com a aprovação do *Patriot Act* e do *Homeland Security Act* em fins de 2001. De bandeja, permitiu aos EUA “ganhar o controle sobre as reservas de hidrocarbonetos do Iraque e, ao fazê-lo, manter o dólar americano como moeda monopolista do crítico mercado internacional de petróleo” (CLARK, 2005, p. 3).

Nessa nova “Nova Ordem”, de “‘vigilância perpétua’ contra os terroristas e os que controlam armas de destruição em massa” (MANN, 2003, p. 9), os EUA, como a Alemanha Nazista, não hesitariam “em agir sozinhos, se necessário, para exercer o (...) direito de autodefesa agindo preventivamente” (GEORGE W. BUSH, apud MANN, 2003, p. 9). Através do PNAC impedir-se-ia a emergência de qualquer potência rival, executando-se o projeto de Brzezinsky (1997), que, adepto de Mackinder (1904), propunha o domínio do “pivô geográfico da História” – a Eurásia –, o que obviamente implicava “acabar com a Rússia para o seu próprio bem, anexando a Ucrânia ao Ocidente e usando o Usbequistão para fazer com que a Ásia Central escap[asse] da sua esfera de influência” (TODD, 2002, p. 154). O resultado final seria, então, o admirável mundo novo do Império Global dos Estados Unidos previsto por Philip Bobbitt (2002), em que toda resistência seria terrorismo e toda violência estatal por parte de Washington e seus aliados do cartel imperialista, auto-defesa (BOAL, CLARK, MATTHEWS e WATTS, 2006, p. 124). Não seria factível, portanto, outra atitude que a de se submeter, como concitava o artigo do *New York Times Magazine* de 5 de janeiro de 2003, intitulado “*American Empire: Get used to it*”.

De saída, Washington intencionava, conforme assinalou o general Wesley Clark (2003, p. 130), invadir, além do Afeganistão, Síria, Coreia do Norte e Sudão, o Iraque, Líbia e Irã, o que, conjuntamente com a presença militar estratégica nas repúblicas asiáticas centrais, permitira aos EUA, “mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos anos” (HARVEY, 2003, p. 29-30). No caso específico do Afeganistão, o objetivo era

possibilitar à corporação americana UNOCAL (*Union Oil Company of California*) construir um gasoduto a partir do Usbequistão, atravessando o Afeganistão até o mar, no Paquistão, e dois oleodutos: um através do Afeganistão e do Paquistão até o Oceano Índico; o outro, o *Central Asia Oil Pipeline Project* (CAOPP), com 1.050 milhas, a partir de Chardzou, no Turcomenistão, de modo a evitar que o petróleo do Adjerbaijão passasse pela Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 82).³

Quanto à Síria, sua conquista permitiria a posse das suas enormes reservas de gás natural da bacia do Mediterrâneo oriental, eliminar a única base militar russa no exterior e debilitar o Hamas e o Hezbollah, inimigos de Israel. Já a ocupação militar do Irã e da Coreia do Norte, além da posse das enormes reservas de petróleo do primeiro, daria cabo dos principais estados "inimigos", sinalizando que qualquer desafio à *Pax Americana* seria eliminada pela "*overwhelming conventional military superiority*" da única "*permanent unilateral superpower*".

Contudo, “os novos imperialistas superestima[ram] o poderio norte-americano quando se concentraram apenas na força militar. Esqueceram que o poder econômico americano [era] um tanto frágil [e] negligenciaram por completo o poder político” (MANN, 2003, p. 28).

De fato, embora a conquista do Afeganistão em outubro de 2001 tenha sido rápida, as forças de ocupação não conseguiram suprimir a guerrilha do Talibã, em aliança com o grupos *jihadistas* que haviam formados por iniciativa do presidente Carter (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 781), o que inviabilizou os projetos estratégicos dos EUA para o país. Também a ocupação do Iraque, invadido em 20 de março de 2003, apesar de positiva para as corporações petrolíferas, o balanço de pagamentos norte-americano e o dólar, tornou-se um pesadelo com a insurgência da população, que não foi suprimida apesar da repressão sanguinária, digna da *Gestapo* (SCAHILL, 2013). Como resultado, o presidente Bush e a linha dura de seu governo "viram-se forçados a rever os planos e pedir à ONU, até então hostilizada, para assumir papel maior na formação em Bagdá, no governo de transição e na preparação das eleições" (FERREIRA, 2004, p. 36), das quais saíram vitoriosos os xiitas com afinidades com o Irã. O pior é que “o dólar americano não recuperou o seu estatuto tradicional de moeda porto seguro após a guerra, mas continuou a sua trajetória descendente” (CLARK, 2005, p. 16). Mas, acima de tudo, a resistência afegã e iraquí, conjugada à confirmação de que não haviam "armas de destruição em massa" no Iraque, fizeram avolumar a oposição interna e externa, o que terminou por inviabilizar o prosseguimento do programa de invasões, tendo o presidente Bush vetado o ataque à Síria, que, além do mais, “causaria uma tormenta no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos, além de prejudicar os esforços de guerra no Afeganistão e no Iraque” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 176-7), envolvidos em guerrilhas sem fim.

³ Veja-se, também, Shor (2010, p. 72).

O Império, contudo, continuou a sua expansão, recorrendo não apenas às velhas armas de intervenção, mas principalmente às novas, como a NED, os *think tanks* de direita, como a *Heritage Foundation*, e as sociedades civis e as ONGs financiadas direta ou indiretamente pelo complexo industrial militar e pelas instituições financeiras. A estratégia escolhida seguia, em larga medida, as linhas de ação da *Joint Military Attaché School* (JMAS), operada pela *Defense Inteligency Agency*, e difundidas através do manual de Gene Sharp, *From Dictatorship to Democracy*. Além da Bolívia, os EUA, ainda sob o governo de Bush, tentaram, sem sucesso, desestabilizar o governo de Hugo Chaves, assim como das ex-repúblicas soviéticas do Cáucaso e da Ásia Central (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 93-101). Este foi o caso da Geórgia, vítima da Revolução Rosa (2003), onde se construía o oleoduto Baky-Tbilisi-Ceyhan, destinado a escoar o petróleo do Adjerbajão para a Turquia, evitando a Rússia; do Líbano, sacudido pela Revolução dos Cedros (2005), fomentada a fim de forçar a retirada das tropas sírias do país (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 101), de modo a abrir as portas para a sua posterior invasão por Israel; do Quirquistão, vítima da Revolução Tulipa (2005), que derrubou o presidente Kurmanbek Bakiev, que exigira que os EUA pagassem mais pelo uso da sua base aérea Manas; do Adjerbajão, abalado pelo Movimento Laranja (2005), que, contudo, fracassou, visto que aos EUA "não interessava a instabilidade no Azerbaijão, devido, principalmente, ao seu interesse no oleoduto conectando os campos de produção de Baku, através da Geórgia, até o porto de águas profundas de Ceyhan" (idem, p. 109), na Turquia.

Nem a Rússia escapou às insurgências fabricadas por Washington, tendo de enfrentar os *jihadistas* na Chechênia, por onde passava o seu principal oleoduto. “[P]roduto tardio do *jihadismo* construído pelos EUA desde o governo Carter, antes mesmo da intervenção soviética no Afeganistão” (GONTIJO, 2019b, p. 70), as guerras da Chechênia de 1994 e 1999 foram lideradas por Shamil Basaev e Al-Khattab, treinados “no acampamento Amir Muawia, instalado pela CIA e pelo ISI [o serviço secreto] paquistanês na província de Khost (Afeganistão) no início dos anos 1980” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 667). Em agosto de 2008, foi a vez da Rússia repelir as tropas da Geórgia, então sob a presidência de Mikheil Saakashvili, que invadiram a Ossétia do Sul, em operação de limpeza étnica destinada a possibilitar a colonização das terras do enclave por georgianos. Apesar das tropas russas não terem destruído os dutos do projeto Baky-Tbilisi-Ceyhan, o mesmo foi abandonado, em razão dos riscos envolvidos. Seguiu-se a Revolução Laranja na Ucrânia, em fins de 2004,

[d]esencadead[a] por ativistas, militantes da organização PORA (É Tempo) e de outras ONGs dos Estados Unidos e da União Europeia, entre as quais *Vidrodzhenia* (Reviver), por George Soros, *Freedom House*, *Poland-America-Ukraine Cooperation Initiative*, a USAID,

National Endowment for Democracy, que haviam sustentado a campanha do candidato da oposição, Victor Yushchenko (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 96),

que depôs Victor Yanukovych em favor de Viktor A. Yushenko, pró-Occidente, contrário ao acordo com a Rússia sobre a base de Sebastopol e ao fornecimento pela empresa russa Gazprom.

Essa “desastrosa obra de converter os Estados Unidos em uma '*rogue superpower*'” teve prosseguimento com Barak Obama, que, apesar da mudança de discurso, “[e]ngravescou ainda mais as crises e múltiplas guerras, que atassalhavam as diversas regiões do mundo” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 91), através da “Primavera Árabe”, que atingiu particularmente a Tunísia, Egito, Líbia e Síria, para não falar na Argélia, Bahrein, Djibuti, Jordânia, Omã e Iêmen. Na Tunísia, o presidente Zine El Abidine Ben Ali deixou o país em 14 de janeiro de 2011, na sequência da Revolução de Jasmim, sendo seguido por Hosni Mubarak do Egito, que renunciou em 11 de Fevereiro de 2011. O seu sucessor, o presidente Mohamed Mohamed Morsi Issa al-Ayyat, da Irmandade Muçulmana, rompeu com a Síria e apoiou os terroristas na Líbia, sendo deposto em julho de 2013 pelo general Abdel Fattah el-Sisi, que enfrentaria os *jihadistas*, que propugnavam pela independência do Sinai. A próxima vítima foi a Líbia, detentora da maior reserva de petróleo da África e politicamente independente de Washington. A “rebelião”, planejada em Paris, eclodiu em Bengasi em 21 de outubro de 2010, com apoio discreto de forças especiais dos EUA, Inglaterra, França e Holanda, mas foi contida pelas forças remanescentes de Muammar al-Gaddafi, que há muito desmontara seu formidável exército e encerrara seu programa de armas atômicas. Diante desse revés, aviões da OTAN, violando a Resolução 1973 da ONU, bombardearam o país, viabilizando a vitória dos “insurgentes”. A partir de então, o poder passou “a rolar pelas ruas de Benghazi, Sirtes, Derna, Mistata e outras cidades, nas quais as brigadas islâmicas e tribos, com as armas supridas pela OTAN para combaterem o regime de Muammar Gaddafi, pelejavam umas contra as outras, escalando o caos e a sangueira” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 154).

Não satisfeito, os EUA ainda fomentaram a *regime change* na Síria, que se havia recusado a permitir a construção do *South Pars/North Dome*, duto a transportar o gás natural oriundo de Qatar, em favor do “gasoduto islâmico”, que sairia do Irã até o Líbano. Como sempre, às manifestações “populares” contra o governo, seguiu-se, no dia 15 de março de 2011, a “insurreição”, inclusive do Exército Sírio Livre, patrocinado pelos Estados Unidos e formado por “mercenários, muitos de etnia turca, outros árabes dos mais diversos países, [que] ganhavam salários de US\$ 225 como soldados, e US\$ 350, os oficiais” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 386). Apesar do sucesso inicial dos “rebeldes” a soldo, as tropas sírias, reforçadas por milícias do Hezbollah, conseguiram retomar a iniciativa estratégica, mas, uma vez mais, a situação de complicou, devido à entrada dos *jihadistas* do ISIS, que haviam conquistado várias cidades e bases militares repletas de armas do Iraque.

Enquanto isso, a situação se conturbava na Ucrânia, em razão do novo golpe que se iniciou com as manifestações em Kiev de 21 de fevereiro de 2014, causando a fuga de Yanukovich, a partir da qual homens com uniforme das SS passaram a desfilar em Kiev. Desta feita, contudo, Putin reagiu, com a reintegração da Crimeia – que fora transferida à Ucrânia por Khrushchev em 1954 – à Federação Russa, concretizada após o referendo de 16 de março, frustrando o projeto dos EUA de se apoderarem da base de Sebastopol. Putin, porém, rejeitou a demanda da população de Donetsk e Lugansk, que, depois de referendo, solicitaram a sua integração à Federação Russa, o que resultou na interminável guerra civil entre os separatistas e as forças ucranianas, que, não obstante incluírem tropas nazistas, contam com recursos de países da OTAN. A Rússia também reagiu à penetração no Mar Negro do destróier norte-americano *Donald Cook* armado com mísseis com ogivas nucleares em 10 de abril de 2014, enviando um bombardeiro SU-24, que desativou todos os sistemas eletrônicos da belonave, obrigando-a a buscar refúgio em porto na Romênia. Seguiu-se, no dia 7 de abril de 2017, nova demonstração do poder das armas russas, que interceptaram os 36 primeiros dos 60 *Tomahawks* lançados contra a base aérea síria de *Shairat*, e, tendo demonstrado sua eficácia, deixaram passar o resto.⁴ A Rússia também interveio na Síria no dia 30 de setembro de 2015, que,

a evidenciar o enorme e avançado poderio militar da Rússia (...), mudou quantitativa e qualitativamente o cenário internacional, sobretudo o desenvolvimento da guerra. Não apenas resguardou e consolidou a posição da Rússia no Oriente Médio, como complicou os objetivos políticos e estratégicos dos Estados Unidos, Turquia e alguns sócios da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 488)

Enquanto isso, o Império recuava na Ásia Central, onde os *ihadistas* infiltrados a partir do Afeganistão foram contidos com o apoio de tropas russas. Ainda em 1991, o grupo islâmico *Adolat* conquistou a cidade de Namangan, mas logo teve de buscar refúgio no Tajiquistão, onde participou da Guerra Civil de 1992-1997, que se encerrou através de um acordo de paz que favoreceu o governo estabelecido (JOHNSON, 2007, p. 80-96). Ainda assim, registraram-se 238 ataques de grupos terroristas nos países da Ásia Central, mas, finalmente, os EUA e seus aliados que os financiavam compreenderam que "os *ihadistas* tinham pouco a oferecer, exceto violência e colapso econômico" (JOHNSON, 2007, p. 94). Por outro lado, a luta antiterrorista e a preocupação de Beijing diante do desastre econômico russo resultaram no Tratado de Aprofundamento da Confiança Militar nas Regiões Fronteiriças, assinado em Xangai em abril de 1996 pela China e

⁴ Aliás, também no ataque de aviões, navios e submarinos dos EUA, Grã-Bretanha e França contra a Síria, no dia 14 de abril de 2018, mostrou-se a efetividade das armas russas, pois a Síria interceptou 71 dos 103 *Tomahawks* lançados e um submarino russo da era soviética impediu que um submarino britânico se posicionasse para lançar seus mísseis.

países fronteiriços (AKINER, 2010). Seguiu-se, na reunião anual de 2000 dos **Cinco de Xangai** – China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão – a decisão de se oporem à intervenção nos assuntos internos de outros países e de defenderem a sua independência, soberania, integridade territorial e estabilidade social. Em 15 de junho de 2001, esses países e o Usbequistão assinaram a Declaração da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), que seria formalmente instituída em junho de 2002, evoluindo “rapidamente para um contrapeso asiático para a OTAN” (RICKARDS, 2014, p. 99). Como se não bastasse, além do Quirguistão ter fechado a base da OTAN em Manas em 2014, a Rússia, Irã, Azerbaijão, Turcomenistão e Cazaquistão decidiram nesse mesmo ano, fechar “o Mar Cáspio aos desígnios do presidente Obama de avançar na região” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 447). À exclusão da OTAN seguiu-se a dramática redução dos interesses econômico-financeiros dos países do G-7, tendo a Rússia, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tajiquistão formado a Comunidade Econômica Eurasiática (EAEU) em 2000, à qual aderiu o Usbequistão em 2006 e a Armênia e o Quirguistão em 2014. Em janeiro de 2010, foi a vez da formalização da União Aduaneira Eurasiática, com a participação da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, a qual se transformou em um mercado comum – Espaço Econômico Eurasiático – em janeiro de 2012.

5. A Erosão dos Pilares Imperiais

Nessa altura, já se retomara a discussão sobre o declínio dos Estados Unidos, que decolou depois

que o otimismo inicial de George W. Bush rapidamente deu lugar à sensação semelhante à do Vietnã de um atoleiro no Iraque e da rápida transformação de um superávit [fiscal] de Clinton em um déficit histórico.⁵ Assim, desta vez, os sinais objetivos de uma superpotência sob tensão eram palpavelmente visíveis. A onda de antiamericanismo desencadeada pelo unilateralismo da política externa de George W. Bush agravou essa percepção ao acrescentar um déficit de poder brando [*soft power*]⁶ (ACHARYA, 2014, p. 22).

De saída, além dos sucessivos fracassos do Império, a intervenção da Rússia na Síria tornou claro o seu ressurgimento das cinzas como superpotência militar, num contexto da emergência de outra superpotência econômica – a China, o que, de por si, “mudou profundamente a equação geopolítica e estratégica mundial” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 543).

⁵ Segundo informa Acharya (2014, p. 21), as guerras do Afeganistão e do Iraque custaram US \$ 6 trilhões.

⁶ Segundo Nye (1990), trata-se do poder que não se fundamenta no uso da força militar e econômica.

É claro que, como salienta Wood (2003, p. 39), "[o] padrão de declínio imperial revela claramente a lógica do império" [norte-americano], cujo poder econômico tornou-se "um tanto frágil", particularmente depois de se esgotarem os efeitos positivos tanto do desmantelamento do comunismo de estado quanto da bolha do *subprime*, que condicionou a expansão econômica mundial entre 2003 e meados de 2008.

Na verdade, em meados da década de 1990, não apenas a economia mundial, como salienta Chesnay (1995, p. 2), mas a economia do bloco do poder, capitaneada pela norte-americana, "efetivamente, carrega[va] a marca cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, cujo funcionamento parec[ia] estar subordinado, de modo crescente, às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro", cuja lógica foi exposta por Marx (1867-94, p. 9-51), Hilferding (1907) e Lênin (1917).

Para começar, como resultado da dominação das grandes corporações, gerou-se nesses países "inevitavelmente, uma tendência à estagnação e à decomposição" (LÊNIN, 1917, p. 110), em meio ao

incremento extraordinário da classe, ou melhor, do setor rentista [...]. A exportação de capital – uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo – acentua todavia ainda mais este divórcio completo entre o setor rentista e a produção, imprime um selo de parasitismo a todo o país, que vive da exploração de uns quantos países (idem, p. 112).

Na verdade, a taxa média de crescimento do PIB dos EUA caiu de 4,2% no período 1961-1979 para 2,7% no período de 1980-2018, de dominância financeira, fazendo com que a sua participação no PIB mundial, em termos de PPP, recuasse de 22,0% em 1979 para 15,2% em 2018, enquanto a do G-7 caía de 51,4% para 30,1%. Em vivo contraste, o expressivo crescimento da economia da China, em que pese a desaceleração ocorrida a partir de 2009, fez com que a sua participação no PIB mundial saltasse de 2,2% para 18,7% no mesmo período. Pior ainda foi o avanço da desindustrialização, que fez com que a parcela do valor adicionado pela indústria no PIB dos EUA recuasse de 31,0% em 1981 para apenas 18,5% em 2017, contribuindo para que a participação do país no valor adicionado pela indústria mundial, que era superior a 50% no final da Segunda Guerra Mundial, caísse para somente 10,9% em 2017, contra 28,9% da China, que, assim, respondia por mais do que o conjunto dos países do G-7!

Ora, se, conforme Cox (1987, p. 1), "[a] produção gera capacidade para exercer poder", segue-se que, com o declínio econômico, "[a] força militar tende a se corroer; a eficiência econômica dá lugar a várias deseconomias e a um afrouxamento do crescimento econômico; a competitividade militar e econômica da sociedade declinam" (KEOHANE, 1984, p. 159-161). E, com efeito, a desindustrialização relativa do bloco do poder repercutiu na perda de competitividade

internacional dos seus produtos, tendo os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e o Canadá acumulado um déficit na balança comercial de quase US\$ 10,7 trilhões no período 2009-2018, dos quais 73% couberam aos EUA, não obstante ter o país se tornado em um grande produtor de petróleo. Sintomática, nesse sentido, foi a reversão da balança de produtos de alta tecnologia fora equipamentos militares a partir de 2002, com a queda da participação dos EUA nas exportações mundiais de 50,0% para apenas 26,4% no período 2000-2015. Sinalizando a mudança do eixo tecnológico mundial, o mesmo ocorreu com os demais países do G-7, exceto a França, enquanto o *market share* da China saltava de 3,6% em 2000 para 26,7% em 2015, ano em que suas exportações dessa classe de produtos ultrapassaram as do conjunto dos países do G-7.

O pior é que o crescente déficit na balança comercial não se viu contrabalançado pelas rendas financeiras (seguros, “serviços financeiros”, *royalties* e “rendimentos primários”, particularmente lucros), de forma que os países do G-7 acumularam um déficit de mais de US\$ 6,6 trilhões no período 2009-2018, com a conseqüente acumulação de reservas internacionais pelos países em desenvolvimento, a tornar desnecessários os programas de ajuste do FMI – importante instrumento de controle hegemônico. De mais a mais, o processo causou a deterioração da posição financeira dos países deficitários, particularmente dos EUA, cujo passivo externo líquido saltou de US\$ 33,7 bilhões em 1989 para US\$ 10,1 trilhões em 2018.

É claro que “os juros que os Estados Unidos pagam por seus passivos externos são dois ou três pontos percentuais inferiores às taxas de retorno de seus investimentos no exterior” (EICHENGREEN, 2010, p. 4) e que, em parte, tem razão Seabrooke (2001, p. 105), quando afirma que sua habilidade “para refinar constantemente suas obrigações de dívida não é um sinal de debilidade, senão evidência de seu grande poder estrutural nas relações financeiras”. Todavia, como salientam Duménil e Lévy (2011, p. 320), “[n]o geral, o grande envolvimento de estrangeiros no financiamento da economia dos Estados Unidos coloca basicamente em questão a estabilidade do dólar num espaço de tempo que é impossível de ser definido”.

O enfraquecimento hegemônico dos EUA foi reforçado pela crise do *subprime*, que afetou dramaticamente as finanças de todos os países do G-7, tendo a relação dívida pública líquida/PIB dos EUA saltado de 45,0% em 2007 para 80,0% em 2018, enquanto a do conjunto do G-7 passava de 80,6% para 116,1%. A crise também erodiu um importante “instrumento de dominação ideológica, o neoliberalismo, o fundamentalismo de mercado, [que] as organizações financeiras multinacionais tentaram consolidar após a desintegração do Bloco Soviético” (MONIZ BANDERIA, 2013, p. 453), revelando, além disso, “a base frágil da hegemonia dos EUA” (DUMÉNIL e LÉVY, 2009, p. 8). Com ela, o mundo entrou “em uma nova fase, além do neoliberalismo, e a diminuição da hegemonia dos EUA já é um fato” (idem, p. 6).

6. O último Bastião do Império

O aparente enfraquecimento econômico, tecnológico, financeiro e ideológico do bloco do poder, centrado em Washington, parece estar na raiz da nova estratégia do Império sob o presidente Trump, a se traduzir em novas operações de *regime change*, como nos casos da Venezuela, que teve início em 2014, ainda durante a presidência de Barak Obama; da Nicarágua, sacudida por protestos desde o dia 18 de abril de 2018; de Hong Kong, que tem enfrentado uma onda de manifestações desde 31 de março de 2019; do Líbano, com protestos que eclodiram em 16 de outubro de 2019; e da Bolívia, com a renúncia de Evo Morales em 10 de novembro de 2019, no bojo de um clássico *coup d'état*. Ao arrepio das regras da OMC, o presidente Trump também desencadeou uma verdadeira *commercial war*, além de impor sanções econômicas a torto e a direito, numa configuração de verdadeiras *financial war* contra os “inimigos” do *global power* de Washington.

Afora o gigantesco aparato militar dos EUA, que, segundo Clark (2005, p. 13), possuíam 725 bases militares no exterior em 2005, espalhadas em 120 países, o poder norte-americano ainda se assenta em dois importantes pilares: as suas empresas multinacionais⁷ e o **privilégio exorbitante** de emitir a principal moeda de reserva mundial. Contudo, "o poder econômico e militar persistente dos EUA deve-se, em grande parte, ao *status* atual do dólar americano como a moeda de reserva e a moeda de transação internacional mais utilizada no mundo" (HUNG, 2016, p. 118), de modo que “a remoção do pilar do dólar resultará naturalmente na diminuição do pilar militar” (CLARK, 2005, p. 27-8). Enquanto as suas empresas multinacionais amplificam o alcance das sanções econômicas e da guerra comercial e financeira de Trump, o privilégio exorbitante permite aos EUA financiarem indefinidamente os déficits do balanço de pagamentos (SERRANO, 2002), para não falar nos seus gastos militares. Isso sem considerar que “[o] dólar é o símbolo do poder econômico americano [e] o centro dos mercados financeiros mundiais” (CLARK, 2005, p. 16).

Obviamente, não se pode descartar os efeitos da dramática deterioração do balanço do *Federal Reserve* causada pela crise do *subprime* sobre a confiança no dólar, visto ser o *Fed* o principal sustentáculo do mercado de títulos públicos dos EUA, detendo em dezembro de 2019, em conjunto com as outras instituições governamentais, cerca de US\$ 8,5 trilhões desses papéis, ou seja, 37% do seu montante. Devido à absorção de “ativos tóxicos”, o seu ativo saltou de US\$ 870 bilhões em agosto de 2007 para US\$ 4,5 trilhões em inícios de 2015, o que induziu James Rickards (2014, p. 3) a declarar que “[o] próximo colapso do dólar e do sistema monetário internacional é totalmente previsível”. Afinal, se “os recursos do *Federal Reserve* mal foram suficientes para evitar o colapso completo em 2008, deve-se esperar que um colapso ainda maior destrua o balanço do

⁷ Segundo a *Financial Times Global 500*, das 341 maiores empresas não financeiras do mundo em 2015, 162 (47,5%) eram norte-americanas, as quais participavam com 54,1% do total do capital do grupo.

Fed. Tendo em vista que o *Fed* imprimiu mais de US\$ 3 trilhões em um momento de calma relativa, não será politicamente viável responder no futuro imprimindo mais US \$ 3 trilhões” (idem, p.7).

Tampouco se pode menosprezar os efeitos negativos de várias das iniciativas tomadas pela Rússia e pela China no sentido de reduzir o papel do dólar, a começar pelo lançamento do BRICS em 2006, que resultou na instituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Acordo Contingencial de Reservas, organizações destinadas a concorrer com o BIRD e o FMI, além da decisão de realizar o comércio entre seus membros através das moedas nacionais. Outra iniciativa veio com a criação de “uma nova janela de oportunidades para o mundo ao abrir seus respectivos sonhos de ‘Grande Eurasia’ e de ‘Modernização da Antiga Estrada da Seda’ em conjunto com instituições internacionais multipolares” (TAYYAB BALOCH, *Geopolitica.ru*, 10/08/2017).⁸ A China também avançou celeremente na internacionalização do yuan (PRASAD, 2016), cujo primeiro passo veio em março de 2006, quando o mercado interbancário de Hong Kong instituiu um sistema de liquidação de operações na moeda chinesa. Já o segundo passo veio no verão de 2009, através da venda de bônus nela expressos por bancos estrangeiros, ao que se seguiu, em 2010, a autorização de emissão de títulos na moeda nacional por firmas chinesas não bancárias e a listagem de títulos denominados em renminbis na Bolsa de Londres. De suma importância foi o estabelecimento, a partir de 2013, das “zonas de livre comércio” (ZLCs), que representam “ilhas de conversibilidade” de contas de capital dentro da China (idem, p. 19), ao que se somou, em 2014, o acesso estrangeiro ao mercado de títulos domésticos do país, assim como a emissão de títulos *offshore* denominados em yuan (títulos *dim sum*), para não falar no estabelecimento de um *link stock connect* entre as bolsas de valores de Xangai e Hong Kong, facilitando o acesso dos estrangeiros às ações chinesas listadas em Xangai. Nesse mesmo ano, a China instituiu a Bolsa Internacional de Ouro de Xangai, que começou a operar plenamente no dia 19 de abril de 2016, tornando o renminbi efetivamente conversível em ouro, ou seja, *as good as gold*. Paralelamente, a Rússia, querendo escapar da *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT), sistema eletrônico de compensação internacional de pagamentos baseado na Bélgica largamente controlada por Washington, iniciou, em 2014, o desenvolvimento do *System for Transferring Financial Messages* (SPFS), sendo seguida pela China, que lançou, em outubro de 2015, o *Cross-Border Inter-Bank Payments System* (CIPS), o qual alavancou extraordinariamente os contratos futuros e *swaps* de moedas, favorecendo a utilização internacional do yuan,⁹ que foi incluído, em agosto desse mesmo ano, na cesta de moedas do DES, com a expressiva fatia de 10,9%.

Esses desenvolvimentos, contudo, só se farão sentir no longo prazo, até porque, apesar da ascensão do renminbi como moeda de reserva, com US\$ 202,8 bilhões em fins de 2018, sua parcela

⁸ Disponível em <https://www.geopolitica.ru/en/article/shaping-multipolar-future-world>; acesso em 06/02/2018.

⁹ O sistema CIPS processou quase US\$ 3,8 trilhões em pagamentos em 2018, o que, cumpre salientar, representa muito pouco perto do montante processado através do SWIFT, que anda na casa de US\$ 5,0 trilhões por dia.

no total das reservas cambiais ainda é marginal – 1,9% contra 61,7% do dólar, moeda em que, de mais a mais, 35,0% dos títulos de dívida no mercado internacional em mãos de não residentes nos EUA estavam denominados. Além disso, a moeda norte-americana ainda veiculou 44,2% das operações nos mercados cambiais (*Forex Markets, FX*) em 2019, que giraram perto de US\$ 6,6 trilhões por dia, e respondeu, em dezembro desse ano, por 42,2% de todas as transações veiculadas pela SWIFT.

No entanto, é bom lembrar que “o dólar quase cessou de funcionar como a moeda de reserva do mundo em 1978” (RICKARDS, 2014, p. 1), ano em que sua posição era bem mais forte do que hoje, em que estão a operar forças que vão além da mera tendência ao declínio de sua posição nos mercados financeiros mundiais, inclusive a fragilização do mercado de eurodólares¹⁰ e a deterioração do balanço do *Fed*. De fato, em que pese a **fuga para o dólar** que ocorreu com o pânico de setembro de 2008 – consequência da necessidade de meios de pagamento para honrar os compromissos em moeda norte-americana –, já em princípios de 2009 observou-se a sua reversão, não obstante ter a moeda norte-americana se valorizado em relação ao euro, que se transformou “em saco de pancada dos operadores de câmbio” (EICHENGREEN, 2010, p. 126) com a crise da dívida soberana da Europa. A perda de confiança dos investidores no dólar revelou-se na forte elevação do preço do ouro, que saltou de menos de US\$ 800 em 2008 para US\$ 1.800 a onça *troy* no auge da crise da dívida soberana da Europa em fins de 2011, tendo caído até fins de 2015, para voltar a se subir desde então, superando US\$ 1.600 em inícios de 2020.

Também os bancos centrais dos principais países emergentes fugiram do dólar, ao acumularem grandes estoques de ouro a partir de 2009, particularmente o Banco Central da Federação Russa e o Banco do Povo da China, motivados tanto pelo aumento das tensões internacionais a partir do golpe nazista na Ucrânia quanto pela atual *financial war*, que “implica o uso de derivativos e a penetração de trocas para causar estragos, incitar o pânico e, em última instância, incapacitar a economia de um inimigo” (RICKARDS, 1914, p. 12). Embora as reservas de ouro desses países representassem apenas 3,1% do seu total em 2019, a tendência não deixa de ser ameaçadora para o dólar no longo prazo, tendo em vista que, no período 2010-2019, o total do ouro nos cofres dos bancos centrais aumentou em 10,7%, num contexto em que os preços elevados amplificam o impacto do aumento quantitativo. Aliás, registre-se que, em 2018, 56,7% das reservas internacionais dos países da Zona do Euro e 74,5% das norte-americanas eram em ouro, totalizando US\$ 633,8 bilhões, ou seja, 69,1% do total das reservas no vil metal do mundo, as quais, por sua vez, representavam aproximadamente 11,3% do total das reservas internacionais.

¹⁰ Importante ressaltar que uma das âncoras do dólar é mercado de eurodólares, que, com giro diário de US\$ 170 bilhões em depósitos a prazo com taxa fixa (TDs), além dos certificados de depósito (CDs), tornou-se um fator de fragilidade da moeda norte-americana com a crise do *subprime*, requerendo a assistência do *Fed*, que instituiu um programa de *repo reverse*, com a injeção de US \$ 250 bilhões de forma a sustentá-lo (HEYNEKE e DAYA, 2016, p. 4).

De qualquer forma, o espectro da **fuga do dólar** não se encontra efetivamente conjurado e a sua derradeira âncora – a **convertibilidade em petróleo**, garantida pela precificação forçada do ouro negro na moeda norte-americana, imposta pelo Império –, apresenta fissuras. No atual *petrodollar standard*, que substituiu o *gold exchange standard*, "[o] país que necessita comprar óleo [tem] necessariamente de obter dólares e tomar empréstimos de curto prazo [nessa moeda] nos bancos da Europa e dos Estados Unidos" (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 458), o que, além de fortalecer o sistema financeiro dos EUA e ampliar o espaço de circulação do dólar, também injeta confiança no mesmo, tornando sua trajetória desconectada das vicissitudes da economia norte-americana, em franco processo de encolhimento relativo. Não é sem motivo, aliás, que Clark (2005, p. 27), assegura que a Guerra do Iraque de 2003 inaugurou o estágio da *petrodollar warfare*, que evitou que “a OPEP, nas transações adicionais, abandonasse o padrão dólar e adotasse o padrão euro, mudança já efetuada pelo governo de Saddam Hussein, em novembro de 2000” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 694-5). Não foi sem motivo, tampouco, que os EUA promoveram, com a participação de outros membros da OTAN, o derrube de Al-Gaddafi, orquestraram, sem sucesso, a queda de Bashar al-Assad e mantêm uma permanente *financial war* contra o Irã, para não falar na promoção de outras iniciativas endereçadas a proporcionar “o firme controle da torneira global do petróleo”, o que implica, inclusive, na desestabilização da Rússia.

Ocorre, porém, que, se vários países já se afastaram do sistema petrodólar, como nos casos do Irã, Síria, Venezuela e Coreia do Norte, “outras nações estão optando por usar suas próprias moedas para o petróleo como China, Rússia e Índia” (ROBINSON, 2012b). Embora dois terços do comércio mundial de petróleo continuassem a se dar através do dólar em fins de 2015, o avanço do yuan nesse mercado é incontestável, devido ao acordo de contratos futuros e *swaps* de moedas entre a China e a Rússia, ao crescimento das importações chinesas do petróleo angolano, comercializado em renminbis, em detrimento da Arábia Saudita; e ao início de operações do mercado futuro de petróleo da Bolsa de Futuros de Xangai em 26 de março de 2018.

Não foi por acaso, pois, que Trump reformatou a *financial war*, incluindo sanções não apenas contra países que estejam se afastando do petrodólar, mas também contra empresas norte-americanas e estrangeiras que operem com esses países. Com efeito,

[a]gora, as tarifas, embargos e afins tornaram-se o remédio da América para todas as estações. O papel do dólar como única moeda de reserva dá aos EUA uma capacidade única para controlar o sistema financeiro internacional. [...] E, muitas vezes, a administração não precisa aplicar pressão direta para alcançar tal efeito extraterritorial. As empresas ocidentais operam dentro de cadeias de abastecimento complexas e transfronteiriças. Muitas delas têm operações ou vendas nos EUA. Não podem correr o risco de se verem acrescentadas a uma

lista negra dos EUA ou de perderem o acesso ao dólar. [...] Peter Navarro, o conselheiro comercial do presidente, diz que a segurança econômica é indivisível da segurança nacional (PHILIP STEPHENS, *Financial Times*, 17/10/2019).¹¹

A primeira vítima foi a Venezuela, objeto de ordem executiva do presidente Trump de agosto de 2017, que proibiu cidadãos norte-americanos de comprar títulos da dívida pública do país. Seguiu-se, em março do ano seguinte, a proibição de realizarem transações com a *petro*, moeda criptográfica venezuelana lastreada no petróleo extra-pesado do cinturão do Orinoco e que estava sendo utilizada na comercialização internacional do produto. Após a reeleição de Maduro, em maio de 2018, uma nova ordem executiva cortou o financiamento da dívida internacional da *Petróleos de Venezuela* (PdVSA), e de suas subsidiárias. Seguiu-se, em novembro, sanções contra as “empresas venezuelanas consideradas cúmplices de práticas enganosas ou corruptas” – a PdVSA –, que sofreu o bloqueio de US\$ 7 bilhões dos seus ativos, tendo os cidadãos norte-americanos sido proibidos de operarem com a estatal venezuelana, enquanto Washington advertia as firmas que o faziam para cortar os laços com Caracas. Em março desse mesmo ano, foi a vez da estatal venezuelana de ouro, *Minerven*, ser processada por “operações e compromissos ilícitos com grupos de criminosos e com milícias associadas ao governo do país”, tendo as refinarias de petróleo em todo o mundo sido pressionadas para reduzir seus negócios com o mesmo. No mês seguinte, o Departamento do Tesouro cortou o acesso do Banco Central da Venezuela ao dólar e limitou sua capacidade de conduzir transações internacionais. Também foram impostas sanções contra empresas cubanas e russas, incluindo bancos e companhias de navegação, envolvidas em transações com a PdVSA e com o governo venezuelano. Ademais, os EUA proibiram qualquer cidadão ou entidade norte-americana de realizar transações com uma empresa da Libéria e outra da Grécia, assim como com um petroleiro envolvidas no embarque regular de petróleo venezuelano para Cuba, para não falar nos 34 navios da PdVSA. Em 5 de agosto, nova ordem executiva congelou os ativos do país nos EUA, com o bloqueio de todas as suas transações, exceto algumas de ajuda humanitária, assim como proibiu que estrangeiros realizassem transações financeiras com o governo e com as estatais da Venezuela, o que levou a empresa chinesa *National Petroleum Corp* a cancelar seus planos de compra direta de cerca de 5 milhões de barris de petróleo. Outra foi a decisão da *Rosneft Trading*, empresa controlada pela Rússia, mas com participação da *British Petroleum* e do fundo soberano do Qatar, que, objeto de sanções específicas a partir de 18/02/2020, continuou com o embarque de petróleo bruto do país.¹²

¹¹ Disponível em <https://www.ft.com/content/86eb2db4-f016-11e9-ad1e-4367d8281195>; acesso em 19/02/2020.

¹² Obtendo o petróleo da Venezuela, a Rosneft o vende através de intermediários, o que faz com que, eventualmente, chegue às refinarias dos EUA.

Como não poderia deixar de ser, também o Irã sofreu a fúria da *financial war* de Trump, que, no dia 8 de maio de 2018, retirou os EUA do acordo nuclear firmado em 2015, com o objetivo de reviver a guerra financeira de 2012. Naquela oportunidade, Washington cortou o acesso iraniano aos sistemas de pagamentos em dólares controlados pelo *Fed* e pelo Tesouro dos EUA e conseguiu que a SWIFT fizesse o mesmo, o que teve resultados “catastróficos para a economia iraniana”, tendo o rial entrado em colapso, em meio a uma onda hiperinflacionária e uma corrida aos bancos, além de escassez de alimentos, gasolina e de bens de consumo (RICKARDS, 2014, p. 55). Contudo, o Irã está mais preparado agora do que em 2012, quando enfrentou a guerra através de *swaps* de petróleo por ouro e de ouro por bens de produção e de consumo com o Afeganistão, China, Dubai, Emirados Árabes, Índia, Rússia e Turquia. Além disso, o Irã aceitou pagamentos “em moeda local em bancos locais não sujeitos ao embargo” (*idem*), opção que, entretanto, encontrava-se limitada pela necessidade de evitar atrair a atenção dos EUA ao fazer as transferências. De qualquer sorte,

[a] guerra financeira EUA-Irã de 2012-13 ilustra como nações que não poderiam fazer frente aos Estados Unidos militarmente podem ser um páreo duro quando o campo de batalha é financeiro ou eletrônico. Assim como os Estados Unidos encontraram seus aliados na Europa e na Turquia, o Irã encontrou os dela na Rússia, na China e na Índia. Os aliados do Irã falaram abertamente sobre a construção de novos sistemas bancários e de pagamentos não baseados em dólares. Dubai desempenhou um papel de acomodar ambos os lados nesta guerra, não muito diferente da Suíça na Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos queriam expulsar o Irã do sistema de pagamentos em dólares e conseguiram-no. Mas, como no ditado "tenha cuidado com o que você deseja", um sistema de pagamento alternativo não baseado em dólar está agora tomando forma na Ásia, e o ouro, por si só, provou ser uma arma financeira eficaz (RICKARDS, 2014, p. 58).

Hoje, com a constituição do SPFS e do CIPS, além das iniciativas da Rússia e da China de aceitarem moedas nacionais no comércio internacional, a situação é completamente diferente, tendo a guerra Washington reforçado a tendência de se usar o yuan nas transações internacionais do Irã, evitando-se o SWIFT. Nem tudo, porém, tem saído como o que se poderia esperar da iniciativa do bloco russo-chinês de derrubar o *petrodollar standard*, como se tornou claro pela reversão da decisão da empresa *China National Oil and Gas Exploration and Development Corp* (CNPC) de substituir a sua parceira francesa de gás e petróleo, *Total*, no mega projeto de exploração do campo de *Azadegan*, no sul do Irã, após ter a *Total* desistido, devido às sanções norte-americanas.

A *financial war* contra a Rússia – objeto de sanções desde pelo menos 2014 – teve início em 2/08/2019, com a proibição de empréstimos ou outra assistência pelas instituições financeiras

internacionais, assim como a compra de títulos e de empréstimos não denominados em rublos para o país por parte dos bancos norte-americanos. Seguiu-se, no dia 20 de dezembro de 2019, sanções aos gasodutos *offshore Nord Stream 2* e *Turkish Stream*, destinados a levar o gás russo até a Europa Ocidental contornando a Ucrânia nazista, o que levou a empresa suíça *Allseas* a suspender suas atividades na construção do mesmo. Apesar dessas dificuldades, tanto a Alemanha como a Rússia estão dispostas a terminar o *Nord Stream 2*, que deverá estar operacional no segundo semestre de 2020. No caso do *Turkish Stream*, as sanções cobrem quaisquer dutos adicionais, o que pode dificultar, senão impedir, as conexões do mesmo que estão sendo construídas pela Sérvia e a Bulgária para transportar o gás russo da Turquia para a Hungria e Áustria.

Contudo, apesar de reforçarem, no curto prazo, os domínios do Rei Dólar, as *financial wars* não parecem suficientes para deter, mas podem até acelerar, o processo de desdolarização, favorecendo não apenas o desenvolvimento das transações através da compensação de pagamentos em moeda nacional,¹³ que deve ganhar novo impulso com a próxima operacionalização do *BRICS-Pay*, mas principalmente a ampliação dos circuitos do euro e do yuan, para não falar no encolhimento da SWIFT. Em particular, o assalto contra o Irã tornou claro para a liderança da União Européia – o maior importador mundial de petróleo e gás –, a necessidade não apenas de reforçar e criar novos canais financeiros internacionais fora do controle de Washington, mas de promover o euro, que responde por menos de 10% das suas importações de petróleo. Aliás, não foi com desagrado que Bruxelas recebeu, em outubro de 2019, o anúncio, por parte da Rosneft de que mudaria todos os seus contratos de exportação para euros.

Em suma, o majestoso edifício do dólar – último bastião do Império – parece apresentar rachaduras visíveis, que não se resumem à sua superabundância nos mercados internacionais, nem muito menos à fragilidade do *Fed*, entupido de “ativos tóxicos”, e aos expressivos déficits em conta corrente dos EUA, para não falar no seu enorme desequilíbrio fiscal, no declínio do mercado de eurodólares, e na forte elevação do preço do ouro, a denotar a perda de credibilidade da moeda norte-americana. Tampouco se pode atribuir ao aumento da precificação do petróleo em outras moedas e ao avanço do renminbi no Este da Ásia, “eclipsando o dólar norte-americano, o que representa um acontecimento histórico” (SUBRAMANIAN e KESSLER, 2013, p. 1). Embora fortalecido no curto prazo pelas *financial wars* de Trump – iniciativa de desespero, que parece retratar a acelerada deterioração da hegemonia americana –, não parece possível evitar o seu ocaso em futuro não distante, até porque essas guerras terminam por solapar ainda mais os seus fundamentos.

¹³ No caso da União Econômica da Eurásia, 72% das suas transações já são realizadas em moedas nacionais; quanto à China, parte expressiva do seu comércio com mais de 80 países que participam da *Belt and Road Initiative* (BRI), que montou a mais de US\$6,5 trilhões em 2018, tem sido veiculada em renminbis, que já se tornou na principal moeda usada na região da Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity, 2014.
- AKINER, Shirin. *The Shanghai Cooperation Organisation: A Networking Organisation for a Networking World*. Londres: Global Strategy Forum, 2010.
- BOAL, Iain A.; CLARK, T. J.; MATTHEWS, Joseph; e WATTS, Michael. *Afflicted Powers: Capital and Spectacle in a New Age of War*. New York: Verso, 2006.
- BOBBITT, Philip. *The Shield of Achilles: War, Peace and the Course of History*. Londres: Penguin, 2002.
- BOUGHTON, James M. *The IMF and the Silent Revolution: The International Monetary Fund 1979–1989*. Washington: IMF, 2001.
- BRZEZINSKY, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova York: Basic Books, 1977.
- CHESNAY, François (org.) (2004). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. "A globalização financeira e o curso do capitalismo de fim-de-século". *Economia e Sociedade*, v. 5, p. 1-30, 1995.
- CLARK, Wesley. *Winning Modern Wars; Iraq, Terrorism, and the American Empire*, Nova York: Public Affairs, 2003.
- CLARK, William R. *Petrodollar Warfare. Oil, Iraq and the Future of the Dollar*. Gabriola Island (Canada): New Society, 2005.
- COX, Robert W. *Production, Power, and World Order*. New York: Columbia University Press, 1987.
- DUMÉNIL, Gérard; e LÉVY, Dominique (2011). *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. "The Crisis of Neoliberalism and U. S. Hegemony". *Kurswechsel*, vol. 2. p. 6-13, 2009.
- EICHENGREEN, Barry (2010). *Privilégio Exorbitante*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FAUCHER, Steven Harlow. "The decline of a superpower". *Revista de Economia Política*, vol 14, n. 2, p. 90-98, abr./jun. 1994.
- GONTIJO, Cláudio. "A retomada da hegemonia americana na década de 1980". *XVIII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 19 a 22 de agosto de 2019a.
- _____. *A Nova Crise da Hegemonia Americana*. Curitiba: Appris, 2019b.
- GONTIJO, Cláudio; e DE OLIVEIRA, Fabrício Augusto. "A Crise da Globalização Financeira". *XIV Encontro Nacional de Economia Política*, São Paulo, junho de 2009.

- HARVEY, David (2003). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEDGES, Chris. " Stari Tng Journal; Below It All in Kosovo, A War's Glittering Prize". *New York Times*, 08/07/1998. <http://www.nytimes.com/1998/07/08/world/stari-tng-journal-below-it-all-in-kosovo-a-war-s-glittering-prize.html>. Acesso em 21/12/2017.
- HILFERDING, Rudolf (1910). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOTI, Arif. *The Export Potential of Kosovo's Natural Resources and their Impact on the Kosovo Economy*. Rochester: Rochester Institute of Technology, Tese de Doutorado, 2014.
- HUNG, Ho-fung. *The China Boom. Why China Will Not Rule the World*. New York: Columbia University Press, 2016.
- IKENBERRY, John. "Rethinking the origins of American hegemony". *Political Science Quarterly*, vol. 104, n. 3, Outono de 1989, p. 375-400.
- JOHNSON, Chalmers (2002). *As Aflições do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- KAGAN, Robert. "The Benevolent Empire". *Foreign Policy*, Summer 1998.
- KAGAN, Robert; e KRISTOL, William (eds.). "Introduction": In: *National Interest and Global Responsibility. Present Dangers*. Encounter Books: San Francisco, 2000a.
- KENNEDY, Paul. "The greatest superpower ever". *New Perspectives Quarterly*, vol. 19, n. 2, p. 8-18, Spring 2002.
- _____. (1988). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Mem Martins: Europa América, 1997.
- KEOHANE, Robert. *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- LENIN, Vladimir Ilich (1917). *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Madri: Fundamentos, 1974.
- MACKINDER, Halford John. " The geographical pivot of History". *The Geographical Journal*, vol. 170, n. 4, , p. 298–321, dez. 1904.
- MANN, Michael (2003). *O Império da Incoerência*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MARX, Karl. (1867-94). *O Capital*, Livro III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Desordem Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NYE JR., Joseph S. *The Paradox of American Power*. New York: Oxford University Press, 2002.
- _____. "Soft power". *Foreign Policy*, vol. 80, p. 153 - 171, Fall 1990.
- _____. (1989). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- OLIVER, Michael J.; e ALDCROFT, Derek H. *Economic Disasters of the Tweentieth Century*. Cheltenham: Edgard Elgar, 2007.

- PANITCH, Leo; e GINDIN, Sam. "Las finanzas y el imperio norteamericano". In: *O Imperio Recarregado*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 69-111.
- FERREIRA, Argemiro. *O Império Contra Ataca*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- PRASAD, Eswar. *China's Efforts to Expand the International Use of the Renminbi*. Washington: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2016.
- HEYNEKE, Neels; e DAYA, Mehul. *The Rise and Fall of the Eurodollar System*. Sandton: Nedbank, 2016.
- RICKARDS, James. *The Death of Money: The Coming Collapse of the International Monetary System*. New York: Penguin, 2014.
- _____. *The Currency Wars*. New York: Penguin, 2011.
- ROBINSON, Jerry, *Bankruptcy of Our Nation*. Green Forest: New Leaf Press, 2ª Edição, 2012a.
- _____. "The Rise of the Petrodollar System: 'Dollars for Oil'". *Financial Sense*, 23/02/2012b <https://www.financialsense.com/contributors/jerry-robinson/the-rise-of-the-petrodollar-system-dollars-for-oil>; acesso em 30/01/2018.
- SCAHILL, Jeremy (2013). *Guerras Sujas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SEABROOKE, Leonard. *US Power in International Finance: The Victory of Dividends*. New York: Palgrave Press, 2001.
- SERRANO, Franklin. "Do ouro imóvel ao dólar flexível". *Economia e Sociedade*, vol. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002..
- SHOR, Francis. "War in the era of declining U.S. global hegemony". *Journal of Critical Globalisation Studies*, vol. 2, p. 65-81, 2010.
- SUBRAMANIAN, Arvind; e KESSLER, Martin. "The Renminbi Bloc Is Here: Asia Down, Rest of the World to Go?". *Peterson Institute for International Economics Working Paper*, vol. 12-19, ago. 2013.
- TAVARES, Maria da Conceição. "A retomada da hegemonia norte-americana". *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 2, p. 5 – 15, 1985.
- TODD, Emmanuel (2002). *Depois do império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz, "O sistema financeiro dos EUA: da Glass-Steagall à Lei Dodd-Frank". Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- WALTER, Andrew. *World Power and World Money*. New York: Harvester/Wheatsheaf, 2ª Edição, 1993.
- WOOD, Ellen Meiksins (2003). *Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.